NACIONAL

Enem. O nome da gráfica Valid S.A foi confirmado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) para a impressão das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2019. O governo federal garante que o cronograma do exame está mantido.

Mariana terá R$ 12 mi anuais de mineradoras

Prefeitura irá dispor das verbas para ampliar serviços de saúde e de assistência social à população atingida

A prefeitura de Mariana (MG) irá dispor de R$ 12,4 milhões anuais para ampliar serviços de saúde e de assistência social. Esse montante será garantido pela Samarco e por suas acionistas Vale e BHP Billiton. Os repasses serão operacionalizados pela Fundação Renova, entidade criada com recursos das mineradoras para reparar os danos causados no rompimento da barragem ocorrido em novembro de 2015.

A verba será divida da seguinte forma: R$ 7,1 milhões para a saúde e R$ 5,3 milhões para a área de assistência social. A verba será aplicada para contratação de novos profissionais, capacitação das equipes, aquisição de medicamentos e material médico, aluguel de veículos e aluguel de novos imóveis.

O agravamento dos problemas de saúde na cidade, envolvendo principalmente os atingidos que perderam suas casas nos distritos devastados de Bento Rodrigues e Paracatu, havia levado o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e a prefeitura a tentarem negociar extrajudicialmente um acordo com a Samarco, a Vale e a BHP Billiton. Como não houve avanços na negociação, uma ação civil pública foi ajuizada em agosto de 2018. Na semana passada, durante audiência dentro desse processo, as partes conseguiram finalmente chegar a um acordo.

Em nota, a Fundação Renova informou que os repasses serão parcelados e feitos trimestralmente. "A previsão é que a primeira transferência aconteça no primeiro semestre de 2019", diz o texto. A Fundação Renova afirma apoiar as ações que visam fortalecer as estruturas de proteção social e de atendimento à saúde física e mental. De acordo com a entidade, mais 60 profissionais de saúde já foram contratados para Mariana e Barra Longa, cidades mais atingidas pelo rompimento da barragem.

A Agência Brasil teve acesso à ata da audiência. Além do repasse anual, foi acertado um investimento que pode alcançar o valor de R$ 4,2 milhões para obras de melhorias e aquisição de mobiliário e equipamentos. Entre as obras, estão previstas recuperação de uma unidade de atendimento primário e a estruturação de brinquedotecas nos Centros de Referência de Assistência Social. A construção de um novo Centro de Atenção Psicossocial Infanto Juvenil será avaliada.

MAIS CONTEÚDO ACESSE
www.oestadoce.com.br

Lei institui política para prevenção de automutilação

O presidente Jair Bolsonaro sancionou, na última sexta-feira (26), a Lei nº 13.819 , que institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio. O texto, de autoria do ministro da Cidadania, Osmar Terra, consta da edição de hoje (29) do Diário Oficial da União e estabelece um pacote de medidas que visa minorar os casos de violência autoprovocada, ou seja, as tentativas de suicídio, os suicídios consumados e os atos de automutilação.

A lei estabelece que as escolas, tanto públicas como privadas, notifiquem aos conselhos tutelares toda suspeita ou ocorrência confirmada envolvendo violência autoprovocada. As unidades de saúde, por sua vez, ficam obrigadas a reportar os episódios às autoridades sanitárias. Com essa medida, o governo federal pretende manter atualizado um sistema nacional de registros detectados em cada estado e município, para que possa dimensionar a incidência de automutilação e suicídio em todo o país. ***(Agência Brasil)***

SERVIÇO REGISTRAL DA 4ª ZONA - FORTALEZA-CE
(CARTÓRIO NORÕES MILFONT)
Rua: Castro e Silva nº 38 - Centro
Fone: 3226-41-72 FAX: 3253-24-48
EDITAL DE PROCLAMAS
Faço saber que pretendem casar-se neste Cartório os nubentes.
63750 - Marcos Antonio da Silva e Giselle da Costa Silva;
63751 - Francisco Leandro Morais dos Santos e Antonia Liliane de Oliveira;
63752 - João Pedro Correira Matias e Lara Carvalho de Souza;
63753 - Pedro Renato Albuquerque Souza e Rosiane Maria de Souza;
63754 - Marcelo Man Li e Maria Eleni Ferreira Rogerio Evangelista.
Fortaleza, 29 de abril de 2019.
Antônio Tomás de Norões Milfont
Oficial do Registro Civil

OLIVEIRA TRUST DTVM S.A.
CNPJ nº 36.113.876/0001-91
AVISO AOS INVESTIDORES - RELATORIO ANUAL 2018
O Relatório Anual deste Agente Fiduciário relativo ao Exercício Social de 2018, da **1ª EMISSÃO** da **VENTOS DE SÃO TITO HOLDING S.A.**, encontra-se à disposição no site: **www.oliveiratrust.com.br**
Rio de Janeiro, 30 de abril de 2019

HUMBERTO MAGNO DE CASTRO
Torna público que requereu à Superintendência Estadual do Meio Ambiente -SEMACE a Regularização da **Licença de Operação - LO** para **extração de areia**, localizada no município de Guaiúba, na localidade de **Fazenda Baú, SN - Zona Rural - Distrito de Baú**. Foi determinado o cumprimento das exigências contidas nas Normas e Instruções de Licenciamento da SEMACE.

HUMBERTO MAGNO DE CASTRO
Torna público que requereu à Superintendência Estadual do Meio Ambiente -SEMACE a Regularização da **Licença de Operação - LO** para **extração de areia**, localizada no município de Guaiúba, na localidade de **Fazenda Baú, SN - Zona Rural - Distrito de Baú**. Foi determinado o cumprimento das exigências contidas nas Normas e Instruções de Licenciamento da SEMACE.

CENTRO INTEGRADO DE MEDICINA E FISIOTERAPIA GEORGIA MACHADO LTDA. Torna público que requereu à SEUMA, a Licença Ambiental de Regularização para Atividades, para atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos, localizada na Rua Catão Mamede, 888, bairro Aldeota, Fortaleza-CE.

Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A.
CNPJ 19.953.139/0001-88

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	2018	2017
Caixa e equivs.de caixa	4	3.414	46.284
Depósitos vinculados	6	2.407	-
Contas a receber	5	433	-
Impostos a recuperar		222	205
Despesas antecipadas		103	253
Outros ativos		53	44
Total do ativo circulante		**6.632**	**46.786**
Depósitos vinculados	6	8.330	-
Depósitos judiciais		63	63
Imobilizado	7	552.197	425.416
Intangível		18	-
Total do ativo não circ.		**560.608**	**425.479**
Total do ativo		**567.240**	**472.265**
Passivo	**Nota**	**2018**	**2017**
Fornecedores a pagar	8	1.460	6.122
Emprésts.e financiams.	9	12.747	4.262
Encargos tribut.e trabalh.	10	664	183
Outras contas a pagar		20	246
Total do passivo circulante		**14.891**	**10.814**
Fornecedores a pagar	8	42.023	-
Empréstimos e financiamentos	9	182.468	98.034
Adiantamento p/futuro aumento de capital	11	44.597	111.800
Provisão p/ desmobilização	12	4.669	5.290
Total do passivo não circulante		**273.758**	**215.124**
Patrimônio líquido	13		
Capital social		285.254	146.320
Reservas de capital		-	103.680
Prejuízos acumulados		(6.663)	(3.672)
Total do patrimônio líquido		**278.591**	**246.328**
Total do passivo e patrimônio líquido		**567.240**	**472.265**

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017
Receita líq. de vendas	14	32.426	-
Custo das vendas	15	(19.785)	-
Lucro bruto		**12.641**	-
Desp.gerais e administr.	16	(4.813)	(2.900)
Resultado antes das recs.(desps)financeiras, líquidas e impostos		**7.828**	**(2.900)**
Receitas financeiras	17	791	12
Despesas financeiras	17	(10.340)	(15)
Resultado financeiro, líquido	17	**(9.549)**	**(3)**
Resultado antes dos impostos		**(1.721)**	**(2.903)**
I.R. e contribuição social - corrente	18	(1.270)	-
Prejuízo do exercício		**(2.991)**	**(2.903)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Prejuízo do exercício	(2.991)	(2.903)
Resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	**(2.991)**	**(2.903)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.721)	(2.903)
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	6.323	128
Rendimento de aplicação financeira	(788)	-
Juros provisionados sobre empréstimos e financiamentos	7.542	-
Baixa de imobilizado	-	1.593
	11.356	(1.182)
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(433)	(171)
Despesas antecipadas	150	85
Impostos a recuperar	(17)	-
Outros ativos	(9)	-
Fornecedores a pagar	37.361	(4.080)
Obrigações tributária e trabalhistas	481	(365)
Outras obrigações	483	19
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	49.372	(5.694)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	(7.540)	(537)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	41.832	(6.231)
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Depósito vinculado	(10.737)	-
Aquisição de imobilizado	(131.045)	(259.974)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(141.782)	(259.974)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Recursos provenientes de novos empréstimos e financiamentos	95.078	95.000
(Pagamento de) adiantamento p/futuro aumento de capital	(67.202)	215.480
Aumento de capital	35.254	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos-principal	(6.050)	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	57.080	310.480
(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	(42.870)	44.275
Caixa e equivalentes de caixa no início do exerc.	46.284	2.009
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.414	46.284
(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	(42.870)	44.275
	2018	2017

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva capital	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2017	**146.320**	-	**(769)**	**145.551**
Adiantamento pra futuro aumento de capital	-	103.680	-	103.680
Prejuízo do exercício	-	-	(2.903)	(2.903)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**146.320**	**103.680**	**(3.672)**	**246.328**
Aumento de capital	138.934	(103.680)	-	35.254
Prejuízo do exercício	-	-	(2.991)	(2.991)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**285.254**	-	**(6.663)**	**278.591**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional - A Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A (" BVS " ou "Companhia"), com sede na cidade de Ibiapina/CE, foi constituída em 7 de março de 2014 na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil e tem por objeto social desenvolver estudos, projetar, implantar, operar e explorar especificamente as Centrais Geradoras Eólicas Bons Ventos da Serra Cacimbas 2, 3, 4, 5 e 7, bem como comercializar a energia elétrica por fonte eólica proveniente dessas e quaisquer outros direitos relacionados, ligados diretamente às Centrais Geradoras Eólicas Bons Ventos Cacimbas 2, 3, 4, 5 e 7. As Centrais Geradoras Eólicas Bons Ventos Cacimbas 2, 3, 4, 5 e 7, propriedades da Companhia, venderam 35,2 MW no 18º Leilão de Energia Nova, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, realizado em 13 de Dezembro de 2013, conforme o Edital de Leilão nº 10/2013. A Servtec Investimentos e Participações e a Nexus Investimentos, Participações e Locações são os acionistas da Companhia, cada um detém 50% do capital social. **a. Operação comercial** - A autorização para operação comercial foi concedida de forma gradativa pela ANEEL, conforme os aerogeradores atendiam os padrões regulatórios necessários de geração em teste.

Central Geradora Eólica	Despacho ANEEL	Data de publicação
Bons Ventos Cacimbas 2	1492	06/07/2018
Bons Ventos Cacimbas 3	1034	09/05/2018
Bons Ventos Cacimbas 4	1099	18/05/2018
Bons Ventos Cacimbas 5	1100	18/05/2018
Bons Ventos Cacimbas 7	1565	13/07/2018

b. Autorização - Bons Ventos da Serra 2 - A Autorização para funcionamento como produtor independente de energia elétrica possui prazo de 35 (trinta e cinco) anos contados a partir da publicação da portaria.

Central Geradora Eólica	Portaria MME	Data de Publicação
Bons Ventos Cacimbas 2	332	15/07/2014
Bons Ventos Cacimbas 3	306	08/07/2014
Bons Ventos Cacimbas 4	299	03/07/2014
Bons Ventos Cacimbas 5	270	11/06/2014
Bons Ventos Cacimbas 7	291	25/06/2014

c. Capacidade Produtiva - A Companhia possui 5 (cinco) usinas geradoras de energia eólica, situadas nos municípios de Ubajara e Ibiapina, no Estado do Ceara, constituída de 41 (quarenta e um) unidades geradoras de 2.1 MW, totalizando a potência instalada de 86,1 MW de Garantia Física.

Central Geradora Eólica	Localização	Aerogeradores (Unidade)	Garantia física (MW)
Bons Ventos Cacimbas 2	Ubajara	11	23,1
Bons Ventos Cacimbas 3	Ubajara	7	14,7
Bons Ventos Cacimbas 4	Ibiapina	5	10,5
Bons Ventos Cacimbas 5	Ibiapina	10	21
Bons Ventos Cacimbas 7	Ubajara	8	16,8

d. Capital circulante liquido - Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no valor de R$ 8.259 e prejuízos acumulados de R$ 6.663 (em 31 de dezembro de 2017, R$ 3.672). Conforme estimativas da Administração, esse capital circulante líquido negativo será normalmente revertido com a geração futura de caixa pela Companhia, decorrente de sua própria atividade, que entrou em operação em meados de 2018, conforme apresentado na Nota 1.a. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui o saldo de R$ 8.330 (Nota 6) em depósitos vinculados, principalmente, a empréstimos e financiamentos, que representam 86% do saldo do passivo não circulante, cujo saldo é superior ao capital circulante líquido negativo apresentado. Adicionalmente, conforme apresentado na Nota 21, no dia 1º de abril de 2019, foi concluída a primeira emissão de debêntures no valor de R$ 56.500 e vencimento em 30 de dezembro de 2032. **1.1 Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR)** - A Companhia possui 175 (cento e setenta e cinco) contratos de venda de energia em ambiente regulado firmados com as distribuidoras participantes do 18º Leilão de Energia Proveniente de novos empreendimentos de Geração, promovido pela ANEEL e realizado em 13 de dezembro de 2013, conforme o edital nº 10/2013. Os mesmos possuem prazo de 20 anos a contar da data planejada da operação comercial, nas seguintes condições:

Usina	Quantidade MW médio/ano	Preço R$/MWh Dezembro/2013	Início da operação comercial	Final da operação comercial
Bons Ventos Cacimbas 2	9,3	121,58	Mai/2018	Dez/2037
Bons Ventos Cacimbas 3	6,0	121,58	Mai/2018	Dez/2037
Bons Ventos Cacimbas 4	4,3	121,58	Mai/2018	Dez/2037
Bons Ventos Cacimbas 5	9,2	121,58	Mai/2018	Dez/2037
Bons Ventos Cacimbas 7	6,5	121,58	Mai/2018	Dez/2037

O preço acima é reajustado anualmente pela variação do IPCA, sempre no mês de janeiro, respeitado o prazo mínimo de 12 meses, contados a partir do primeiro dia do mês de janeiro de 2013. **2 Base de preparação - a. Declaração de conformidade** - As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 30 de abril de 2019. Após a sua emissão, somente os Acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e o CPC 48 - Instrumentos Financeiros foram aplicados. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota 4. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **b. Moeda funcional e moeda de apresentação** - As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondados para o milhar mais próximo possível, exceto quando indicado de outra forma. **c. Uso de estimativas e julgamentos** - Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma continua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **Julgamentos** - As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: · **Nota 3.14** - arrendamento: determinação se um contrato contém um arrendamento operacional. **Incertezas sobre premissas e estimativas** - As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: · **Nota 7** - critérios para definição de vida útil do imobilizado; · **Nota 12** - reconhecimento e mensuração de provisões: principais premissas sobre a probabilidade e a magnitude das saídas de recursos; e, · **Nota 14** – reconhecimento de receita: estimativa da expectativa de devolução. **d. Base de mensuração** - As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico. **3 Principais políticas contábeis** - A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **3.1 Mudanças nas principais políticas contábeis** - A Companhia aplicou inicialmente o CPC 47 e o CPC 48 a partir de 1º de janeiro de 2018. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia. Devido ao método de transição escolhido pela Companhia na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas. **(a) CPC 47 Receita de contrato com cliente** - O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30 - Receitas e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento. A Companhia adotou o CPC 47 com o efeito de aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018. Consequentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada - isto é, está apresentada, conforme reportado anteriormente, sob o CPC 30 e interpretações relacionadas. Além disso, os requerimentos de divulgação do CPC 47, em geral, não foram aplicados às informações comparativas. **(b) CPC 48 - Instrumentos financeiros** - O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. **(i) Classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros** - O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, VJORA e VJR. A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48 elimina as categorias antigas do CPC 38 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. O CPC 48 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. A adoção do CPC 48 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros. A tabela a seguir explica as categorias de mensuração originais no CPC 38 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 para cada classe de ativos financeiros da Companhia em 1º de janeiro de 2018:

	CPC 38	CPC 48	Saldos em 01/01/2018
Ativos conforme o balanço patrimonial			
Caixas e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	46.284

(ii) Transição - A Companhia optou por não reapresentar informações comparativas dos períodos anteriores com relação aos requisitos de classificação e mensuração. Dessa forma, as informações apresentadas para 2017 não refletem os requisitos do CPC 48, mas sim do CPC 38. As seguintes avaliações foram feitas com base nos fatos e circunstâncias que existiam na data da aplicação inicial. - A determinação do modelo de negócios dentro do qual um ativo financeiro é mantido; e, - A designação e a revogação de designações anteriores de certos ativos e passivos financeiros mensurados ao VJR. Se um investimento em um título de dívida apresentava baixo risco de crédito na data da aplicação inicial do CPC 48, então, a Companhia pressupôs que o risco de crédito do ativo não havia aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. **3.2 Receita operacional** - A Companhia adotou inicialmente o CPC 47 a partir de 1º de janeiro de 2018, cuja receita operacional de comercialização de energia elétrica é reconhecida quando o cliente obtém o controle da referida energia. Não houve impacto quanto a forma de reconhecimento em exercícios anteriores **3.3 Receitas financeiras e despesas financeiras** - As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem receitas de juros, despesas de juros e variações monetárias. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. **3.4 Imposto de renda e contribuição social** - A Companhia apura o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) com base no lucro presumido, conforme detalhado abaixo: · Lucro presumido - Nesta sistemática, o resultado para fins de IRPJ e CSLL da Companhia é calculado aplicando-se sobre a receita recebida as alíquotas definidas para essa atividade, que são de 8% e 12%, respectivamente. Sobre o resultado presumido foram aplicadas as alíquotas de imposto de renda e contribuição social vigentes na data do encerramento de cada exercício (15% mais adicional de 10% para lucros superiores a R$240 anuais para IRPJ, e 9% para CSLL). **3.5 Imobilizado - (i) Reconhecimento e mensuração -** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. **(ii) Depreciação** - A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. **(iii) Custos subsequentes** - Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. **(iv) Provisão para desmobilização** - A Companhia assumiu obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamentos do terreno onde o empreendimento eólico está localizado. A provisão foi reconhecida do início da operação do parque e foi mensurada a seu valor justo, sendo revisada periodicamente. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados pelo prazo de concessão do parque eólico. **3.6 Redução ao valor recuperável (impairment) - (i) Ativos financeiros não derivativos - Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018 - Instrumentos financeiros** - Quando aplicável, a Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira. As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking), decorrentes de fatores macroeconômicos. A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: - é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito. **Mensuração das perdas de crédito esperadas** - As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). **Ativos financeiros com problemas de recuperação** - Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: - dificuldades financeiras significativas do emissor; - quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência; - reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; - a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou, - o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial** - A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. **Baixa** - O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018 - Ativos financeiros não derivativos** - Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado eram avaliados em cada data de balanço para determinar se havia evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor incluía: - inadimplência ou atrasos do devedor; - reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; - indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial; - mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; ou, - dados observáveis, indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. **(ii) Ativos não-financeiros** - Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGC. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Considerando que a Companhia não possui ágio contabilizado em suas demonstrações financeiras, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **3.7 Empréstimos e financiamentos** - As obrigações em moeda nacional são atualizadas pela variação monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridas até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos. Os custos de empréstimos e financiamentos atribuídos à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, estão incluídos no custo do imobilizado em curso até a data em que estejam prontos para o uso pretendido, conforme CPC 20 - Custos de Empréstimos, considerando os seguintes critérios para capitalização: a) O período de capitalização ocorre quando o ativo qualificável encontra-se em fase de construção, sendo encerrada a capitalização de juros quando o item encontra-se disponível para utilização; b) Os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos e financiamentos vigentes na data da capitalização ou, para aqueles ativos nos quais foram obtidos empréstimos específicos, as taxas destes empréstimos específicos; c) Os juros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e d) Os juros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil estimada determinados para o item ao qual foram incorporados. Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos e financiamentos qualificados para capitalização. **3.8 Fornecedores** - As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **3.9 Provisões** - As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. **3.10 Instrumentos financeiros - (i) Reconhecimento e mensuração inicial** - O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(ii) Classificação e mensuração subsequente - Instrumentos financeiros – Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018** - No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR. A Companhia não possui ativo financeiro mensurado ao VJORA. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: · é mantido dentro de um modelo de negócios, cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e, · seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: · é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e, · seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018 - Ativos financeiros a custo amortizado** - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **Ativos financeiros a VJR** - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. **Política aplicável antes de 1 de janeiro de 2018** - A Companhia classificou os ativos financeiros na categoria de: - empréstimos e recebíveis. **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável antes de 1 de janeiro de 2018 - Empréstimos e recebíveis** - Mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. **Ativos financeiros a VJR** - Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros ou receita de dividendos, foram reconhecidas no resultado. **Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas** - Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(iii) Desreconhecimento - Ativos financeiros** - A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros** - A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(iv) Compensação** - Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.11 Capital social** - Ações são classificadas como patrimônio líquido. **3.12 Distribuição de dividendos** - A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados. **3.13 Arrendamentos - (i) Determinando quando um contrato contém um arrendamento** - No início do contrato, a Companhia determina se ele é ou contém um arrendamento. No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, a Companhia separa os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daquelas referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento. Se a Companhia conclui, para um arrendamento financeiro, que é impraticável separar os pagamentos de forma confiável, então o ativo e o passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo; subsequentemente, o passivo é reduzido quando os pagamentos são efetuados e o custo financeiro associado ao passivo é reconhecido utilizando a taxa de captação incremental da Companhia. **(ii) Ativos arrendados** - Arrendamentos de ativo imobilizado que transferem para a Companhia substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo. Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia. **(iii) Pagamentos de arrendamentos** - Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas em cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. **3.14 Novas normas e interpretações ainda não efetivas** - Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. Entre as normas que ainda não estão em vigor, espera-se que o CPC 06 (R2) tenha um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia no período de aplicação inicial. **a. CPC 06 (R2) – Arrendamentos** - A Companhia deverá adotar o CPC 06 (R2) - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019. Em suas demonstrações financeiras, a Companhia avaliou não existir impacto na aplicação inicial do CPC 06 (R2), conforme descrito abaixo. Todavia, quaisquer impactos reais da adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2019 poderão mudar porque as novas políticas contábeis estão sujeitas à mudança até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data de aplicação inicial. O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. **(i) Arrendamentos em que a Companhia é arrendatária** - A Companhia arrenda quatro imóveis rural, interligados, sob arrendamento operacional. Esse arrendamento possui prazo inicial de duração de 35 anos, prorrogáveis por mais 20 anos com opção de renovação do arrendamento após esse período. Considerando que a remuneração mensal do arrendamento corresponde a 1,5% da Receita Bruta Mensal (pagamento variável de arrendamento dependendo de receita) da Companhia, a natureza das despesas relacionadas àqueles arrendamentos não mudará. Dessa forma, a Companhia continuará reconhecendo uma despesa linear de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento, reconhecendo ativos e passivos na medida em que há uma diferença temporal entre os pagamentos efetivos de arrendamentos e as despesas reconhecidas. **b. Outras normas** - A seguinte norma alterada e interpretação não deverá ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia - ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Caixas e bancos	43	12
Aplicações financeiras CDB (i)	3.371	46.272
Total	3.414	46.284

(i) As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários (CDB) e são remunerados com base em cotas de fundo de investimento que tem como objetivo alcançar a variação média do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Adicionalmente, as aplicações são de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5 Contas a receber

	2018
CEB Distribuição S.A.	160
Companhia Paulitana de Força e Luz	101
CELG Distribuição S.A.	58
Companhia Energética do Ceará	52
Ampla Energia e Serviços S.A.	50
Rio Grande Energia S.A.	12
Total	433

Refere-se à venda de energia elétrica para os compradores relativa ao faturamento dos parques eólicos.

6 Depósitos vinculados

	2018
Conta centralizadora (a)	2.407
Conta reserva serviço da dívida BNDES (b)	7.132
Conta reserva de O&M (c)	1.198
	10.737
Circulante	2.407
Não circulante	8.330

Refere-se a condições estabelecidas contratualmente decorrente do financiamento com o BNDES, conforme apresentado abaixo: (a) Conta centralizadora - conta corrente constituída, exclusivamente, para a arrecadação dos recursos decorrentes dos direitos creditórios cedidos fiduciariamente. Saldo se refere ao pagamento de amortização e juros de empréstimo do mês subsequente, sendo classificado no circulante. (b) Conta reserva serviço da dívida BNDES - constituída pelo saldo equivalente ao valor de três prestações mensais do serviço da dívida, vincendas, constituídas de principal, encargos e acessórios. A liberação da reserva para movimentação financeira pela Companhia somente ocorrerá quando houver a liquidação do contrato, prevista para abril de 2034. (c) Conta reserva de O&M - constituída pelo valor necessário para perfazer o equivalente a ¼ (um quarto) do valor anual de pagamentos em decorrência do Contrato de O&M. A liberação da reserva para movimentação financeira pela Companhia somente ocorrerá quando houver a liquidação do contrato, prevista para abril de 2034. As contas são mantidas em contas de aplicação financeira em renda fixa, junto ao fundo Itaú TOP Referenciado FIC.

7. Imobilizado

	2018	2017
Torres anenométricas	148	275
Máquinas e equipamentos	2.225	1
Móveis e utensílios	25	28
Equipamentos para processamento dados	31	23
Aerogeradores	368.453	-
Construções	128.881	-
Subestação, bay e linha de transmissão	47.765	-
Custos para desmobilização de ativos	4.669	5.290
Adiantamento para fornecedores	-	264.302
Imobilizado em andamento	-	155.497
Total	552.197	425.416

Movimentação do ativo imobilizado

Custo	Taxa anual média de depreciação a.a.	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2018
Torres anenométricas (***)		634	-	-	-	634
Máqs.e equipamentos		1	2.226	-	-	2.227
Móveis e utensílios		28	-	-	-	28
Comput.e periféricos		25	16	-	-	41
Aerogeradores		-	43.703	-	330.089	373.792
Construções		-	-	-	129.724	129.724
Inversões fixas		-	15.400	-	(15.400)	-
Subestação, bay e linha de transmissão		-	-	-	47.767	47.767
Adiant.p/forneceds. (**)		264.302	49.461	(475)	(313.288)	-
Imobilizado em andamento		155.497	24.056	(661)	(178.892)	-
Custos p/desmobilização de ativos (*)		5.290	-	(621)	-	4.669
		425.777	134.862	(1.757)	-	558.882
Depreciação						
Torres anenométricas	2,86%	(360)	(126)	-	-	(486)
Aerogeradores	2,86%	-	(5.340)	-	-	(5.340)
Construções	2,86%	-	(843)	-	-	(843)
Máquinas e equips.	10%	-	(3)	-	-	(3)
Móveis e utensílios	10%	-	(3)	-	-	(3)
Comput.e periféricos	20%	(1)	(8)	-	-	(9)
		(361)	(6.323)	-	-	(6.684)
Total do imobilizado		425.416	128.556	(1.757)	-	552.197

Movimentação do ativo imobilizado

Custo	Taxa anual média de depreciação a.a.	31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2017
Torres anenométricas		634	-	-	-	634
Máqs.e equipamentos		-	1	-	-	1
Móveis e utensílios		-	28	-	-	28
Computs.e periféricos		4	21	-	-	25
Adiant.p/forneceds.(**)		95.962	185.402	(17)	(17.045)	264.302
Imobilizado em andamento		51.506	88.522	(1.576)	17.045	155.497
Custos p/desmobilização de ativos (*)		-	5.290	-	-	5.290
		148.106	279.264	(1.593)	-	425.777
Depreciação						
Torres anenométricas (***)	2,86%	(233)	(127)	-	-	(360)
Comps.e periférics.	16,67%	-	(1)	-	-	(1)
		(233)	(128)	-	-	(361)
Total do imobilizado		147.873	279.136	(1.593)	-	425.416

(*) A Companhia possui obrigações de desmobilização de seus ativos em decorrência de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento dos terrenos onde o complexo eólico desenvolve suas atividades. A provisão foi reconhecida do início da operação do parque e foi mensurada a seu valor justo, sendo revisada periodicamente. Os custos de desmobilização são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão amortizados pelo prazo de concessão do parque eólico. (**) Os adiantamentos para fornecedores são, substancialmente, para o fornecedor WEG S.A., que é responsável pelo gerenciamento, construção e fornecimento dos aerogeradores. (***) Trata-se de torres de medição de vento, as quais entram em funcionamento antes da entrada em operação do parque eólico, ocasionando, dessa forma, uma despesa de depreciação no exercício. Os 41 aerogeradores do Complexo Eólico Bons Ventos da Serra 2 são cedidos em garantia ao BNDES em virtude de contrato de financiamento pactuado com a Companhia, conforme informado na Nota 9. A Companhia, anualmente, revisa a vida útil econômica estimada do seu ativo imobilizado para fins de cálculo da depreciação, bem como para determinar o valor residual dos itens do imobilizado.

8. Fornecedores a pagar

	2018	2017
Brasilitec Serviços de Segurança Provada	22	-
BSPAR Infraestrutura e Construções Ltda.	-	2.198
Cequip Impostação e Comercio Ltda.	919	-
Chesf - Cia Hidro Elétrica do São Francisco	51	92
Construtora Sucesso S.A.	-	1.926
CTEEP Cia de Transm. de Energia Elétrica	39	23
D'Road Informática Telecomunicação Ltda.	-	12
Drucos Comercio e Serviços Ltda. ME	-	36
Eletronorte Centrais Elétricas Norte	31	-
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	16	-
Furnas Centrais Elétricas S.A.	47	-
Gerdau Aços Longos S.A.	28	28
Graneiro Transportes Ltda.	17	-
Grid Solutions TE Ltda.	-	344
Servtec Investimentos Participações Ltda.	-	20
Simm Soluções Integrais Montagem, Mant.	-	78
SS Projetos Técnicos e Consultoria Ltda.	30	54
Taesa Transm. Aliança Energia Elétrica S.A.	19	19
Votorantim Cimentos S.A.	12	12
Weg Equipamentos Elétricos S.A.	42.174	1.137
Outros fornecedores a pagar	78	143
	43.483	6.122
Circulante	1.460	6.122
Não circulante (i)	42.023	-

Os valores são destinados ao pagamento de fornecedores para construção do complexo eólico Bons Ventos da Serra 2 (Cacimbas 2, 3, 4, 5 e 7) e despesas gerais da Companhia. (i) Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía saldo de R$ 42.023 de fornecedores no passivo não circulante. Este saldo se refere ao equivalente à multa originada por atraso do fornecedor dos aerogeradores na conclusão do complexo eólico Bons Ventos da Serra 2 (cláusula 14.1.1 dos Contratos de Fornecimento de Aerogeradores) que se encontra em fase de negociação com o fornecedor. **9 Empréstimos e financiamentos** - A Companhia possui empréstimos e financiamentos com a finalidade de desenvolvimento, implantação e exploração de empreendimento de geração de energia elétrica e infraestrutura correlata, incluindo centrais geradoras eólicas. Esse endividamento está apresentado em 31 de dezembro de 2018 e 2017, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Indexador	Encargos financeiros Taxa média anual de juros	31/12/2018	31/12/2017	Vencimento
Empréstimos e financiamentos					
Finem (BNDES)	URTJLP	8,02% a.a.	195.215	102.296	Abril/2034
Total			195.215	102.296	
Circulante			12.747	4.262	
Não circulante			182.468	98.034	

Refere-se a linha de crédito obtida pela Companhia junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social) no valor total de R$ 225.540, divididos em 6 (seis) subcréditos (A, B, C, D, E F), destinados a implantação do Complexo Eólico Bons Ventos da Serra 2 (Cacimbas 2, 3, 4, 5 e 7). A Companhia, durante o exercício de 2018, promoveu aditamento do contrato de financiamento junto a BNDES, e cancelou o subcrédito "D", reduzindo a linha de crédito total para R$ 219.570. As garantias dos financiamentos são as usuais para um Project Finance, incluindo: Contas reservas, cessão dos direitos creditórios e emergentes da autorização, alienação das máquinas e equipamentos, alienação das ações da Companhia e quando aplicável, cartas de fiança bancária. A seguir, conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	102.296
Amortização de principal	(6.050)
Juros pagos	(7.540)
Ingresso proveniente de novos empréstimos e financiamentos	95.078
Juros capitalizados	3.889
Juros reconhecidos no resultado do exercício	7.542
Saldo em 31 de dezembro de 2018	195.215

Os montantes classificados no passivo não circulante, por ano de vencimento, têm a seguinte composição:

	31/12/2018	31/12/2017
13 a 24 meses	12.747	6.394
25 a 36 meses	12.747	6.394
37 a 48 meses	12.747	6.394
49 a 60 meses	12.747	6.394
61 a 192 meses	131.480	72.458
	182.468	98.034

a. Covenants - O instrumento de concessão de crédito pactuado entre a Companhia e BNDES, determina que a entidade mantenha determinado índice financeiro durante a vigência do contrato: · ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) - Manter durante toda a vigência do contrato, de, no mínimo, 1,20 (um inteiro e Vinte Centésimos). O contrato estabelece que o não cumprimento do índice acima, nos prazos pactuados, pode implicar em penalidades ou em certos casos, a possibilidade de antecipação do vencimento da dívida. Considerando a cláusula décima terceira do referido instrumento de concessão de crédito, que menciona que a metodologia de cálculo de apuração do ICSD deve ocorrer anualmente, a partir de 2018, contemplando doze meses de amortizações efetuadas e que, em 31 de dezembro de 2018, não há doze meses de amortizações completas, a administração da Companhia avaliou não aplicável a apuração do ICSD em 31 de dezembro de 2018, estando cumpridas todas as exigências relacionadas às cláusulas restritivas.

10 Encargos tributários e trabalhistas

	2018	2017
ISS a recolher	2	46
PIS a recolher	26	-
COFINS a recolher	119	-
IRPJ a recolher	247	-
CSLL a recolher	143	-
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	105	48
Outros impostos a recolher	22	89
	664	183

11 Adiantamento para futuro aumento de capital - "AFAC" - Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía saldo de AFAC no passivo não circulante no montante de R$ 44.597, (em 31 de dezembro de 2017, R$ 111.800). Estes valores referem-se a recursos providos pelos acionistas para honrar compromissos da Companhia, em função da expectativa da emissão de debêntures em infraestrutura em regime de compartilhamento de garantias com o BNDES, cujos desembolsos ocorreram em 2019, conforme mencionado na Nota 21. **12 Provisões - (i) Provisão para contingências** - A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e providencias legais cabíveis já tomados em cada situação são suficientes para preservar seu patrimônio, não existindo indicações de necessidades de se reconhecer provisões e/ou divulgações para contingências nos exercícios de 2018 e 2017, sobre questionamentos judiciais, de natureza tributária, trabalhista ou civil. **(ii) Provisão para desmobilização** - Em 31 de dezembro de 2018, o saldo total de provisão para desmobilização de ativos era de R$ 4.669, (31 de dezembro de 2017, R$ 5.290) registrada no passivo não circulante com a finalidade de mensurar o custo de recuperação ambiental das áreas degradadas pela atividade explorada, o volume de material proveniente de desmatamento do parque e suas instalações e o volume de material considerado sucata, bem como os valores provisionados para a realização de tais serviços quando do desmonte do Complexo Eólico Bons Ventos da Serra 2. Para cálculo dos recursos necessários para a desmobilização, foram estimadas horas/homem e horas/máquina para desmonte, corte e fracionamento de componentes, bem como limpeza da área do parque, transporte e destinação do material gerado. **13 Patrimônio líquido - a. Capital social** - Em 31 de dezembro de 2018, o capital social da Companhia era de R$ 285.254 totalmente integralizado e representado por 285.254.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Conforme apresentado na Nota 1, a Servtec Investimentos e Participações e a Nexus Investimentos, Participações e Locações são os acionistas da Companhia, cada uma com 50% do capital social da Companhia. **b. Aumento e redução de capital** - A assembleia geral poderá, a qualquer tempo, aumentar o número de ações ordinárias e/ou criar preferenciais de uma classe ou mais, resgatáveis ou não, sem guardar proporção com as demais ações, observadas as normas do Estatuto Social da Companhia. Em 13 de junho de 2017, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária, aprovada na junta comercial, em 2 de maio de 2018, a Companhia deliberou o aumento do capital social, no montante de R$ 30.000, mediante a emissão de 30.000.000 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, com preço nominal de R$ 1 (um real) cada. O capital social que era de R$ 146.320, passou para R$ 176.320. Em 29 de outubro de 2017, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária, aprovada na Junta comercial, em 15 de maio de 2018, a Companhia deliberou o aumento do capital social, no montante de R$ 73.680, mediante a emissão de 73.680.000 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, com preço nominal de R$ 1 (um real) cada. O capital social que era de R$ 176.320, passou para R$ 250.000. Em 03 de julho de 2018, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária, a Companhia deliberou o aumento do capital social, no montante de R$ 35.254, mediante a emissão de 35.254.000 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, com preço nominal de R$ 1 (um real) cada. O capital social que era de R$ 250.000, passou para R$ 285.254. **c. Reserva legal** - É constituída à base de 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação, e limitada a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia apurou prejuízo, não constituindo, portanto, reservas. **d. Dividendo mínimo obrigatório** - Do lucro remanescente, após as deduções e destinações, será pago a título de dividendo mínimo obrigatório o valor equivalente a 25% (vinte e cinco por cento), facultado à Diretoria propor o não pagamento deste dividendo nos exercícios em que a situação de caixa da Companhia não for compatível com tal distribuição ou for requerida a manutenção de tais recursos para reinvestimentos nos negócios da Companhia.

14 Receita líquida de vendas

	2018
Receita de energia contratada	33.656
PIS	(219)
COFINS	(1.011)
	32.426

15 Custos das vendas por natureza

	2018
Depreciações e amortizações	(6.324)
Encargos de uso do sistema de transmissão – TUST (i)	(8.941)
Custos com manutenção	(2.455)
Arrendamentos	(463)
Custos com pessoal	(1.591)
Custos gerais	(11)
	(19.795)

(i) Encargos que se tornaram devidos a partir do momento que os parques eólicos entraram em operação.

16 Despesas gerais e administrativas por natureza

	2018	2017
Despesas com manutenção	60	-
Despesas com pessoal	4	797
Serviços de terceiros	917	227
Despesas com infraestrutura	116	-
Despesas com viagens	91	-
Despesas com publicações	37	-
Despesas tributárias	1.871	-
Despesas com seguros	777	1.045
Outras despesas gerais	940	831
	4.813	2.900

17 Receitas e despesas financeiras líquidas

	2018	2017
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	788	5
Outras receitas financeiras	3	7
Total	791	12
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(7.542)	-
Fianças bancárias	(1.217)	-
Juros passivos	(557)	-
Multas	(440)	-
Variação monetária	(574)	-
Despesas bancárias	(8)	-
Outras despesas financeiras	(2)	(15)
Total	(10.340)	(15)
Despesas financeiras, líquidas	(9.549)	(3)

18 Imposto de renda e contribuição social - Em 31 de dezembro de 2018, o imposto de renda e a contribuição social corrente totalizam o montante de R$ 1.270, conforme evidenciado no quadro abaixo:

	IRPJ	CSLL
Receita operacional bruta	33.656	33.656
Alíquota %	8%	12%
Lucro presumido	2.692	4.039
Receita financeira	749	749
Base de cálculo	3.441	4.787
Alíquota %	15%	9%
Imposto devido	517	431
Imposto adicional (IRPJ)	322	-
Imposto corrente a recolher	839	431

19 Instrumentos financeiros - A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando a assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras. A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo:

Em 31/12/2018	VJR	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Valor justo Nível 2
Caixa e equivalentes de caixa	-	3.414	-	-
Depósitos vinculados	10.737	-	-	10.737
Contas a receber de clientes	-	433	-	-
Fornecedores	-	-	43.483	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	195.215	195.215

Devido ao método de transição escolhido na aplicação do CPC 48, as informações comparativas não foram reapresentadas para refletir os novos requisitos. · Valor justo (Nível 2) - Referente a outros passivos financeiros, foi utilizada a técnica de fluxos de caixa descontados, cujo modelo de avaliação considera o valor presente do pagamento esperado, descontado utilizando uma taxa de desconto ajustada ao risco, não tendo inputs significativos não observáveis. **Visão geral** - A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: · Risco de crédito; · Risco de liquidez; · Risco de juros; e, · Risco operacional. **Riscos de crédito** - Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrente da falha deste em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa, equivalentes de caixa e outras contas a receber, conforme detalhado a seguir: **(ii) Instrumentos financeiros, depósitos em dinheiro e aplicações** - O risco de crédito de saldos bancários é administrado pelo departamento financeiro da Companhia de acordo com a política preestabelecida pelo Conselho de Administração. Os recursos excedentes são investidos em aplicações financeiras de acordo com a avaliação da gerência responsável. Além do percentual de remuneração e do rating atual de cada banco, leva-se em consideração o montante de capital investido nesta por parte de cada banco ou instituição financeira. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia tem R$ 3.414 (Em 31 de dezembro de 2017, R$ 46.284) em caixa e equivalentes de caixa. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui o saldo de R$ 10.737 em depósitos vinculado a contratos de financiamento. **Risco de liquidez** - Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa contábeis contratados:

	Até 1 ano	Até 2 anos	+ 2 anos
Empréstimos e financiamentos	12.747	25.474	156.994
Fornecedores	1.460	42.023	-

A estratégia financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez. Veja comentário adicional na Nota 1 referente ao capital circulante líquido negativo apresentado pela Companhia. **Risco de juros** - Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas para travar o custo financeiro das operações. A Companhia não operou com derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017. **Risco operacional** - O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico. A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais, incluindo contrato de seguros e manutenções periódicas dos ativos da operação. **20 Gestão do Capital** - Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual da soma da dívida líquida com o patrimônio líquido. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos, subtraído do montante de outros investimentos, caixa e equivalentes de caixa. Os índices de alavancagem financeira, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, podem ser assim sumariados:

	2018	2017
Total de empréstimos e financiamentos bancários	195.215	102.296
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	(3.414)	(46.284)
Menos: Depósitos vinculados	(10.737)	-
Dívida líquida	181.064	56.012
Total do patrimônio líquido	278.591	246.328
Índice de alavancagem em 31 de dezembro	0,65	0,23

21 Eventos subsequentes - No dia 1º de abril de 2019, foi concluída a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações de emissão da emissora, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, da Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A. junto ao Banco ITAU BBA no valor de R$ 56.500 com taxa de 6,50 % a.a. + CDI e vencimento em 30 de dezembro de 2032. Mauro Rocha de Freitas - Diretor Financeiro, Renato Melo Gomes - Diretor Técnico, José Ricardo Santos de Oliveira - Contador CRC 1SP268285/O-6.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas da Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A. Ibiapina – Ceará **Opinião** - Examinamos as demonstrações financeiras da Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. -Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fortaleza, 30 de abril de 2019. KPMG Auditores Independentes - CRC 2SP014428/O-6 "S" CE. João Alberto da Silva Neto - Contador CRC RS-048980/O-0 T-CE.